

## RESPOSTAS AOS RECURSOS DE ABADIÂNIA – GO

### PORTUGUÊS FUNDAMENTAL

**QUESTÃO 01:** Recurso **INDEFERIDO**.

O “linchamento virtual” pode ser uma forma de cancelamento, mas é impossível traçar, a partir do texto, que os mesmos são sinônimos.

**QUESTÃO 07:** Recurso **INDEFERIDO**.

O uso da palavra “maisena” (independentemente de poder se referir a uma marca e, neste caso, deveria ser escrita “maizena”) está corretíssimo. Se a palavra fizesse referência a marca, deveria deixar isso claro.

**QUESTÃO 13:** Recurso **INDEFERIDO**.

O verbo “ir” é constantemente citado como caso de verbo anômalo, sendo aqueles que sofrem alteração em seus radicais.

### PORTUGUÊS MÉDIO

**QUESTÃO 02:** Recurso **INDEFERIDO**.

A alternativa “b” não pode ser considerada correta, já que traz a expressão “apesar de”, pois as opiniões dos especialistas e os fatos ajudam a posição que o autor assume, não vão de encontro a isso. A alternativa “c” não pode ser considerada correta, já que o autor exara uma opinião negativa sobre o tema. Por fim, a alternativa “d” é clara em dizer que a postura jornalística é ao contar fatos e expor opinião de especialistas, contudo, saindo dessa postura, o autor ainda deixa transparecer sua opinião negativa sobre o tema.

**QUESTÃO 05:** Recurso **INDEFERIDO**.

A alternativa “a” encontra respaldo no texto quando o mesmo diz “o pânico satânico já esteve no cerne de erros jurídicos graves”. E a alternativa “c” encontra seu respaldo no fato de que o pânico satânico não teve como consequência a “crise identitária”, mas encontrou nesta um reforço para seu crescimento.

**QUESTÃO 07:** Recurso **INDEFERIDO**.

O Acordo Ortográfico extinguiu a forma de “pára” como verbo e para como preposição, sendo, hoje, uma forma só. Motivo pela qual é a alternativa correta. Enquanto isso, permanece o uso de “de” como preposição e “dê” como forma verbal, sendo, assim, um acento diferenciador.

**QUESTÃO 09:** Recurso **INDEFERIDO**.

Mesmo que a palavra muçarela possa ser também escrita como “mussarela”, por alguns autores (que não são maioria), a escrita da forma como está disposta na alternativa é indubitavelmente correta. Do outro lado, temos uma palavra gritantemente incorreta: DEBOXE.

**QUESTÃO 10:** Recurso **INDEFERIDO**.

A palavra ÁGUA é dissílaba.

**QUESTÃO 13:** Recurso **INDEFERIDO**.

O arcaísmo é, na gramática normativa brasileira, um erro, um vício de linguagem. De outro lado, a anáfora é um processo de repetição e está relacionada ao estilo da escrita e não a um erro.

**QUESTÃO 15:** Recurso **DEFERIDO**.

**Questão nula** por não destacar a oração que se deveria analisar.

### PORTUGUÊS SUPERIOR

**QUESTÃO 01:** Recurso **DEFERIDO:**

**Mudança de gabarito para a alternativa “d”.** Ressalte-se que a alternativa “c” não poderia estar correta, pois o texto deixa claro que o racismo enquanto “problema” afeta os negros e não a todos. Lembrando que o texto atesta esta situação e defende que seja modificada.

**QUESTÃO 03:** Recurso **INDEFERIDO**.

A alternativa “a” não poderia ser considerada correta, já que existe uma democracia brasileira, que existe mesmo sem a consideração da democracia racial. O ideal seria que a democracia brasileira levasse em consideração a democracia racial, mas o que a autora defende é que a democracia racial NÃO existe.

**QUESTÃO 04:** Recurso **INDEFERIDO**.

A alternativa “a” não poderia ser considerada correta, já que não é dito que o neoliberalismo afeta somente as comunidades periféricas, mas principalmente estas, e de forma negativa.

**QUESTÃO 06:** Recurso **INDEFERIDO**.

A palavra misoginia é voltada ao público feminino. Admitir a alternativa “b” como correta seria incluir grupos distintos ao público feminino, o que não coaduna com o sentido da palavra.

**QUESTÃO 07:** Recurso **INDEFERIDO**.

O erro na alternativa “c” é se referir a peça do xadrez como “pião”, quando o correto deveria ser “peão”. Quanto à alternativa “d”, é completamente equivocada a defesa de que deveria haver uso de letra maiúscula após os dois pontos. Dois pontos não encerram frase. As únicas pontuações capazes de encerrar uma frase no português são ponto final, reticências, exclamação e interrogação. Portanto, depois de dois pontos, o correto é usar letra minúscula.

**QUESTÃO 11:** Recurso **DEFERIDO:**

**Mudança de gabarito para a alternativa “b”.** Houve equívoco na divulgação do gabarito.

**QUESTÃO 13:** Recurso **DEFERIDO:**

**anulação da questão.** A questão terminou por ficar com duas alternativas corretas.

**QUESTÃO 14:** Recurso **INDEFERIDO**.

Na alternativa “d”, a palavra bastante funciona como adjetivo, sendo, portanto, variável, e devendo concordar com a palavra “motivos”.

**QUESTÃO 15:** Recurso **INDEFERIDO**. O recurso é genérico e não traz qualquer fundamentação apta a anular ou modificar o gabarito da questão, sendo apenas uma manifestação de indignação quanto ao gabarito divulgado.

### MATEMÁTICA NÍVEL FUNDAMENTAL

**QUESTÃO 17:** Recurso **INDEFERIDO**.

A banca examinadora não detectou qualquer incoerência ou irregularidade na questão, veja a resolução:

A questão afirma que Ana acertou 65% da prova de ciências e João acertou cinco oitavos, e chamaremos a quantidade de pontos da prova de **P**.

Logo, é fácil observar que, Ana acertou  $0,65 * P$  e João acertou  $0,62 * P$ . Sendo assim:

**$0,65P > 0,62P$** , então Ana tirou uma nota superior.

### RACIOCÍNIO LÓGICO NÍVEL MÉDIO

**QUESTÃO 16:** Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

A banca examinadora entende que a resposta correta seria 3% a.a., porém, não há alternativa com esse gabarito, impossibilitando a correta resolução da questão.

**QUESTÃO 18:** Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

A banca examinadora entende que a questão deveria fazer menção a grandeza diretamente proporcional, sendo que por grandeza inversamente proporcional não há como encontrar a assertiva apropriada que seria letra C, impossibilitando a correta resolução da questão.

**QUESTÃO 19:** Recurso **INDEFERIDO**.

A banca examinadora não detectou qualquer incoerência ou irregularidade na questão, veja a resolução:

Tautologia refere-se a uma declaração ou proposição que é sempre verdadeira, independentemente das circunstâncias:

Portanto, a única assertiva que satisfaz prontamente o conceito de tautologia é a assertiva A: João gosta de jogar futebol ou João não gosta de jogar futebol. Mostrando que qualquer uma das situações pode ser verdade,  $P \vee \sim P$ .

**QUESTÃO 20:** Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

A banca examinadora entende que a resposta correta seria  $(A \cap B) \cup C = \{1; 2; 3; 8; 10; 11; 12\}$ , porém, não há alternativa com esse gabarito, impossibilitando a correta resolução da questão.

## RACIOCÍNIO LÓGICO NÍVEL SUPERIOR

### QUESTÃO 16: Recurso INDEFERIDO.

A banca examinadora não detectou qualquer incoerência ou irregularidade na questão, veja a resolução:

A questão respeita a seguinte Lei de formação:  $[(n^2 - 1) * n]$  tal que,  $n$  começa igual a 1 e respectivamente  $n = 2, 3, 4, 5$  e 6.

Como **X** ocupa a 5ª posição a resposta seria:  $[(5^2 - 1) * 5] = (24 * 5) = 120$ .

### QUESTÃO 17: Recurso INDEFERIDO.

A banca examinadora não detectou qualquer incoerência ou irregularidade na questão, veja a resolução:

**Pela tentativa 3:** temos que nenhum número é válido [9 - 7 - 3], isso já exclui a letra A.

**Pela tentativa 2:** temos que o 7 ou 1 está correto, pois 3 já foi eliminado pela tentativa 3.

**Pela tentativa 5:** temos que o 0 ou 5 está correto, pois 3 já foi eliminado pela tentativa 3.

**Pela tentativa 4:** o 0 já se descarta, pois ele não é correto e nem está na posição correta como havia possibilidade na tentativa 5. Então temos que **o dígito 5 está correto e na posição correta.**

**Pela tentativa 1:** temos que 2 dígitos estão certos, fora das suas posições o 5 e 1, pois o 0 já foi descartado. Se o dígito 0 está no lugar do dígito 5, e o dígito 1 está fora de posição, **então o dígito 1 só pode ficar na 1ª posição.**

**Pela tentativa 4:** temos que o oito é correto, pois a única posição vaga é onde o dígito 6 está, se o dígito correto está fora de posição, o 6 já é descartado, e o zero já foi descartado anteriormente.

**Portanto, o gabarito da questão é letra D: (1 - 8 - 5)**

### QUESTÃO 18: Recurso INDEFERIDO.

A banca examinadora não detectou qualquer incoerência ou irregularidade na questão, veja a resolução:

A tabela verdade solicitada na questão é a seguinte:

<b>P</b>	<b>Q</b>	<b>(P → Q)</b>	<b>(P ∨ Q)</b>	<b>(P → Q) ∧ (P ∨ Q)</b>
V	V	V	V	<b>V</b>
V	F	F	V	<b>F</b>
F	V	V	V	<b>V</b>
F	F	V	F	<b>F</b>

Nesse sentido, a assertiva C representa a correta para a resolução da tabela verdade.

### QUESTÃO 19: Recurso INDEFERIDO.

A banca examinadora não detectou qualquer incoerência ou irregularidade na questão, veja a resolução:

Para efeitos de negação a uma proposição lógica generalizada, como: “Todos da faculdade pularam carnaval”, basta que apenas um elemento não tenha participado da situação abordada, para que seja satisfeita a negação da proposição que generaliza a participação de todos elementos.

Portanto, dizer que “Somente uma pessoa da faculdade não pulou carnaval”, já nega por si só a proposição que todos pularam carnaval, pois se pelo menos um não pulou carnaval, então não foram todos que não pularam.

**QUESTÃO 20:** Recurso **DEFERIDO** para anulação da questão.

A banca examinadora entende que o enunciado da questão não apresentou um dado relevante para a correta resolução.

### **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS**

**Questão 21:** Recurso **INDEFERIDO**

A alternativa \*B\* está correta porque o principal objetivo da territorialização na gestão local do SUS é desenvolver uma responsabilização sanitária pela população local. Isso significa organizar os serviços de saúde de acordo com as necessidades específicas da população de um território, conhecendo as características e demandas locais para oferecer um serviço mais eficaz e direcionado.

As outras alternativas estão incorretas pelos seguintes motivos:

- A: A territorialização não se limita a facilitar o acesso em áreas urbanas, mas envolve o conhecimento e a organização dos serviços de saúde em todos os territórios, sejam urbanos ou rurais.
- C: O objetivo não é centralizar os serviços em um único local, mas sim distribuí-los de forma a atender as necessidades de saúde de diferentes áreas, considerando suas particularidades.
- D: A territorialização visa a inclusão e o acesso universal aos serviços de saúde, e não a restrição para populações específicas.

Portanto, a territorialização é uma estratégia para adaptar os serviços de saúde às necessidades da população de um determinado território, promovendo a equidade e a integralidade no cuidado.

**Questão 23:** Recurso **INDEFERIDO**.

A alternativa \*A\* está correta porque a promoção da saúde e a vigilância da situação epidemiológica são atividades transversais e essenciais no processo de trabalho da vigilância em saúde, conforme definido pela Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). A promoção da saúde visa à melhoria das condições de vida e saúde da população, por meio de ações intersetoriais e participativas, que envolvem educação, comunicação e mobilização social. A vigilância da situação epidemiológica consiste na coleta, análise e disseminação de dados sobre os agravos à saúde e seus determinantes, bem como na identificação e monitoramento de tendências, riscos e vulnerabilidades.

As alternativas \*B\*, \*C\* e \*D\* estão incorretas porque não contemplam todos os componentes essenciais da vigilância em saúde no SUS, que são: a vigilância epidemiológica, a vigilância em saúde ambiental, a vigilância em saúde do trabalhador e a vigilância sanitária. A vigilância ambiental se dedica às interferências dos ambientes físico, psicológico e social na saúde, e não apenas à prevenção de doenças crônicas. A vigilância da saúde mental não é um componente específico da vigilância em saúde, mas sim uma área de atenção que deve ser integrada aos demais. A fiscalização de serviços de saúde privados e a vacinação obrigatória são ações de vigilância sanitária, mas não as únicas, pois essa área também abrange o controle de produtos, tecnologias e processos que possam afetar a saúde.

**Questão 34:** Recurso **INDEFERIDO**.

A alternativa \*C\* está correta porque identificar e comunicar situações que interfiram no curso de doenças relacionadas a fatores ambientais é uma das atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em colaboração com os Agentes de Combate às Endemias (ACE), conforme a Lei Federal 11.350/2006. Essa ação visa à prevenção e ao controle de doenças como dengue, malária, leishmaniose, entre outras, que têm relação direta com as condições ambientais e socioeconômicas das comunidades.

As alternativas \*A\*, \*\*B\* e \*D\* estão incorretas porque não correspondem às atribuições dos ACS e ACE, de acordo com a Lei Federal 11.350/2006<sup>13</sup>. Conduzir pesquisas acadêmicas sobre saúde pública e realizar tratamentos médicos avançados são atividades que exigem qualificação e competência específicas, que não fazem parte da formação dos ACS e ACE. Desenvolver atividades de recreação comunitária pode ser uma forma de promoção da saúde, mas não é uma ação exclusiva ou prioritária dos ACS e ACE, que devem atuar principalmente na prevenção de doenças e na educação em saúde.

**Questão 38: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*B\* está correta porque o controle mecânico e o controle químico são as formas de controle vetorial tradicionalmente conhecidas e utilizadas na saúde pública. O controle mecânico consiste em eliminar ou reduzir os criadouros dos vetores, por meio de limpeza, remoção, vedação ou tratamento de recipientes que possam acumular água. O controle químico consiste em aplicar substâncias tóxicas aos vetores, nas suas diferentes fases de desenvolvimento, para matá-los ou impedir sua reprodução.

As alternativas \*A\*, \*\*C\* e \*D\* estão incorretas porque não correspondem às formas de controle vetorial tradicionalmente conhecidas, mas sim a conceitos mais recentes e abrangentes. O controle biológico é o uso de organismos vivos que se alimentam, parasitam ou infectam os vetores, reduzindo sua população<sup>1</sup>. O controle legal é o conjunto de normas e leis que regulamentam as ações de vigilância e controle de vetores, bem como as responsabilidades dos órgãos públicos e da sociedade civil<sup>3</sup>. O controle integrado é a combinação de diferentes métodos de controle, de forma racional e coordenada, visando à eficiência e à sustentabilidade das ações.

### FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**Questão 23: Recurso INDEFERIDO**

A alternativa \*C\* está correta porque o controle da qualidade da água em estabelecimentos de saúde é uma das ações da vigilância sanitária, que visa eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse para a saúde. A vigilância sanitária tem a competência de normatizar, fiscalizar, controlar e avaliar serviços de saúde, incluindo os aspectos sanitários da água utilizada nesses serviços.

As alternativas \*A\*, \*\*B\* e \*D\* estão incorretas porque não estão sob responsabilidade da vigilância sanitária, de acordo com a definição legal dessa área. A concessão de patentes para produtos tecnológicos é uma atribuição do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O monitoramento de atividades esportivas é uma atribuição do Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Especial do Esporte. A supervisão de eventos culturais é uma atribuição do Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Especial da Cultura.

**Questão 31: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*D\* está correta porque ser profissional de nível superior e preferencialmente habilitado em áreas específicas como Biologia, Enfermagem e Nutrição, entre outras, é um dos

critérios para o exercício da função de fiscal de vigilância sanitária, conforme o Decreto Estadual nº 9.122, de 28 de dezembro de 2017. Esse decreto regulamenta a concessão da Gratificação de Produtividade Fiscal no âmbito da Superintendência de Vigilância em Saúde/SES/GO e estabelece as atribuições dos servidores que realizam as atividades de fiscalização sanitária, tais como coletar amostras, proceder às inspeções, verificar a observância das condições de saúde e higiene, interditar estabelecimentos, lavrar autos de infração, expedir intimações, entre outras. As alternativas \*A, \*\*B\* e \*C\* estão incorretas porque não correspondem aos critérios para o exercício da função de fiscal de vigilância sanitária, de acordo com o Decreto Estadual nº 9.122, de 28 de dezembro de 2017. Ensino médio completo e especialização na área de saúde, graduação em qualquer área de formação e experiência comprovada em vigilância sanitária, e ser cidadão comum interessado na promoção da saúde pública são requisitos insuficientes ou irrelevantes para desempenhar as atividades de fiscalização sanitária, que exigem qualificação e competência específicas, além de formação em nível superior.

**Questão 35: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa C está correta porque é a que melhor se adequa ao conceito de poder de polícia administrativo, que é a atividade do Estado de limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Para que um profissional de vigilância sanitária possa exercer esse poder, ele precisa ter uma designação formal que lhe confira autoridade sanitária, ou seja, a capacidade de fiscalizar, autuar e aplicar sanções aos infratores das normas de saúde pública. Essa designação deve ser feita pelo Secretário de Estado de Saúde, que é o órgão competente para regular e supervisionar as ações de vigilância sanitária no âmbito estadual.

As outras alternativas estão incorretas porque:

- A experiência comprovada em áreas administrativas (A) não é um requisito necessário nem suficiente para o exercício do poder de polícia, pois não garante que o profissional tenha conhecimento técnico e legal sobre as matérias de vigilância sanitária.
- O vínculo com o setor regulado (B) é um impedimento para o exercício do poder de polícia, pois configura uma situação de conflito de interesses, que pode comprometer a imparcialidade e a legalidade da atuação do profissional de vigilância sanitária.
- O ensino médio completo e curso de formação específico (D) são requisitos mínimos para o ingresso na carreira de vigilância sanitária, mas não são suficientes para o exercício do poder de polícia, pois também é preciso ter a designação formal e a investidura de autoridade sanitária.

## **GUARDA MUNICIPAL**

Observação: A banca examinadora informa que as questões elaboradas para o cargo de Guarda Civil Municipal seguem fielmente o conteúdo programático do concurso público. Por essa razão, não se justifica que a banca detalhe cada questão da prova, uma vez que somente um candidato solicitou essa providência. Cabe ao candidato consultar o conteúdo programático e confrontá-lo com as questões apresentadas e aprofundar seus estudos sobre os temas abordados. Ademais, segue abaixo, as respostas aos recursos dos demais candidatos.

**Questão 22: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa C está correta porque expressa a competência legislativa concorrente dos Estados-membros, que consiste na possibilidade de atuar de forma complementar e suplementar em relação à União nas matérias previstas no art. 24 da Constituição Federal<sup>1</sup>. Nessa hipótese, a União estabelece normas gerais e os Estados podem suplementá-las para atender às suas peculiaridades ou, na ausência de normas gerais, exercer a competência legislativa plena.

As outras alternativas estão incorretas porque:

- A competência exclusiva para legislar sobre todas as matérias não vedadas pela Constituição Federal (A) é uma competência residual ou remanescente dos Estados-membros, que abrange as matérias que não sejam de competência da União, dos Municípios ou comum a todos<sup>3</sup>. Essa competência não se confunde com a competência concorrente, que é limitada às matérias enumeradas no art. 24 da Constituição Federal.
- A competência privativa para legislar sobre matérias de interesse local (B) é uma competência dos Municípios, conforme o art. 30, I, da Constituição Federal. Os Estados-membros não possuem competência privativa, mas sim concorrente ou residual, conforme já explicado.
- A capacidade de legislar sobre todas as matérias enumeradas na Constituição Federal (D) é uma competência privativa da União, prevista no art. 22 da Constituição Federal. Essa competência pode ser delegada aos Estados-membros por meio de lei complementar, mas não se confunde com a competência concorrente, que é exercida de forma complementar e suplementar em relação à União.

**Questão 23: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa A está correta porque o Poder Legislativo Municipal é o órgão competente para julgar o prefeito municipal em caso de crimes de responsabilidade próprios, que são infrações político-administrativas que sujeitam o prefeito à perda do mandato e à suspensão dos direitos políticos, conforme o art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67.

As outras alternativas estão incorretas porque:

- O Tribunal de Justiça (B) é o órgão competente para julgar o prefeito municipal em caso de crimes de responsabilidade impróprios, que são infrações penais que sujeitam o prefeito a sanções criminais, conforme o art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67.
- A Câmara Municipal (C) é o órgão que autoriza ou não a instauração do processo contra o prefeito por crimes de responsabilidade próprios, mas não é o órgão que julga o mérito da acusação, conforme o art. 5º do Decreto-Lei nº 201/67.
- O Tribunal Regional Eleitoral (D) é o órgão competente para julgar o prefeito municipal em caso de crimes eleitorais, que são infrações penais que sujeitam o prefeito a sanções criminais e eleitorais, conforme o art. 121 da Constituição Federal.

**Questão 24: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*D\* está incorreta e as outras estão corretas.

1. \*Eleição direta dos representantes nos poderes locais, sem possibilidade de subordinação à União (Alternativa A)\*:
  - Essa característica está correta. Os Estados-membros têm autonomia para eleger seus próprios representantes nos níveis locais, sem interferência direta da União.
2. \*Capacidade de autoadministração nas competências administrativas, legislativas e tributárias (Alternativa B)\*:
  - Também está correta. Os Estados-membros têm o poder de administrar seus próprios assuntos, criar leis e regulamentos dentro das competências estabelecidas.
3. \*Possibilidade de se auto-organizar dentro dos limites cabíveis, respeitando a hierarquia (Alternativa C)\*:
  - Correta. Os Estados-membros têm a liberdade de se organizar internamente, desde que não violem a Constituição e respeitem a hierarquia legal.
4. \*Capacidade de soberania o que confere poder ao Estado-membro (Alternativa D)\*:



- Essa alternativa está incorreta. Os Estados-membros não possuem \*soberania\* completa. A soberania é um atributo do Estado-nação como um todo, não de suas partes constituintes. Os Estados-membros têm autonomia, mas não são soberanos no sentido absoluto.

Portanto, a alternativa \*D\* é incorreta porque confunde autonomia com soberania. As demais alternativas descrevem corretamente as características do autogoverno dos Estados-membros. Como a alternativa pedia a incorreta, com o uso da palavra exceto, portanto, a questão está correta.

**Questão 26: Recurso INDEFERIDO:**

O \*Artigo 2º\* da \*Lei de Abuso de Autoridade\* estabelece quem é considerado sujeito ativo do crime de abuso de autoridade. Vamos analisar cada alternativa:

1. \*(A) Apenas servidores públicos\*: Essa alternativa está incorreta. O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade não se limita apenas a servidores públicos.
2. \*(B) Membros do Poder Legislativo\*: Também está incorreta. Embora membros do Poder Legislativo sejam sujeitos ativos, não são os únicos.
3. \*(C) Qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território: Esta alternativa está correta. De acordo com o \*\*Artigo 2º\*, qualquer agente público, seja servidor ou não, que faça parte da administração direta, indireta ou fundacional dos diversos níveis de governo (União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios), pode ser considerado sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.
4. \*(D) Apenas membros do Poder Judiciário\*: Essa alternativa também está incorreta. Membros do Poder Judiciário são sujeitos ativos, mas não são os únicos.

Portanto, a alternativa \*(C)\* é a correta, pois abrange todos os agentes públicos, independentemente de sua posição ou função.

**Questão 27: Recurso INDEFERIDO.**

Art. 12. Da Lei de Abuso de Autoridade: Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

**Questão 28: Recurso INDEFERIDO.**

Art. 38. Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

**Questão 29: Recurso INDEFERIDO.**

Vamos analisar cada alternativa em relação à \*Lei de Abuso de Autoridade\*:

1. \*(A) Deixar de identificar-se ao preso por ocasião de sua captura: Esta alternativa está correta. De acordo com o \*\*Artigo 16\* da \*Lei nº 13.869/19, é considerado crime de abuso de autoridade quando um agente público, no momento da captura de um preso, deixa de se identificar ou se identifica falsamente. A pena prevista é de \*\*detenção de 6 meses a 2 anos\*, além de multa.
2. \*(B) Adentrar um imóvel alheio com autorização do proprietário\*: Essa alternativa está incorreta. Entrar em um imóvel alheio com autorização do proprietário não configura abuso de autoridade.
3. \*(C) Prestar informação falsa apenas sobre procedimento policial com intuito de auxiliar na investigação\*: Também está incorreta. Prestar informação falsa sobre procedimento policial

pode ser inadequado, mas não se enquadra especificamente como crime de abuso de autoridade.

4. \*(D) Decretar medida de privação da liberdade em conformidade com as hipóteses legais\*: Essa alternativa não é correta. Decretar medida de privação da liberdade em conformidade com as hipóteses legais é uma ação dentro das atribuições legais de um agente público.

Portanto, a alternativa \*(A)\* é a correta, pois se refere a uma conduta específica que constitui crime de abuso de autoridade.

Questão 30: Recurso **INDEFERIDO**: Vamos analisar cada alternativa em relação à \*Lei de Abuso de Autoridade\*:

1. \*(A) Apenas a perda do cargo, do mandato ou da função pública\*: Essa alternativa está incorreta. A condenação por abuso de autoridade não se limita apenas à perda do cargo, mandato ou função pública.

2. \*(B) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado e a perda do cargo, do mandato ou da função pública: Esta alternativa está correta. De acordo com o \*\*Artigo 4º\* da \*Lei de Abuso de Autoridade\*, os efeitos da condenação incluem não apenas a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, mas também a possibilidade de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública por um período de 1 a 5 anos<sup>13</sup>.

3. \*(C) Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública e a perda do cargo, do mandato ou da função pública\*: Essa alternativa também está incorreta. Embora mencione a inabilitação, não abrange a obrigação de indenização.

4. \*(D) Apenas a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime\*: Essa alternativa está incorreta. A condenação não se limita apenas à obrigação de indenização.

Portanto, a alternativa \*(B)\* é a correta, pois abrange tanto a indenização quanto a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública.

#### Questão 31: Recurso **INDEFERIDO**.

Vamos analisar cada alternativa em relação ao \*serviço público\*:

1. \*(A) É sempre prestado de forma descentralizada\*: Essa alternativa está incorreta. O serviço público pode ser prestado de forma centralizada ou descentralizada, dependendo da natureza da atividade e das políticas governamentais.

2. \*(B) Deve corresponder a uma atividade de interesse privado\*: Também está incorreta. O serviço público não se relaciona com interesses privados, mas sim com o interesse coletivo da sociedade.

3. \*(C) Pode ser delegado a particulares sem necessidade de licitação\*: Essa alternativa está incorreta. A delegação de serviços públicos a particulares geralmente requer licitação e obedece a critérios legais.

4. \*(D) Cabe ao Estado prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão\*: Esta alternativa está correta. A característica principal do serviço público é que ele pode ser prestado diretamente pelo Estado ou por meio de concessão ou permissão a terceiros, sempre sob regulamentação legal.

#### Questão 32: Recurso **INDEFERIDO**.

Vamos analisar cada alternativa em relação à \*prestação dos serviços públicos\*:

1. \*(A) Exclusivamente direta e indiretamente\*: Essa alternativa está incorreta. A prestação dos serviços públicos não se limita apenas a essas duas formas.

2. \*(B) Diretamente e apenas através de autorização\*: Também está incorreta. A prestação de serviços públicos pode ocorrer de outras maneiras além da autorização.

3. \*(C) Por concessão, permissão ou autorização\*: Esta alternativa está correta. Os serviços públicos podem ser prestados por meio de concessão (quando transferidos a particulares mediante licitação), permissão (quando autorizados a terceiros sem licitação) ou autorização (quando há autorização específica para a prestação de determinado serviço).

4. \*(D) Sempre através de licitação ou mediante contrato de adesão\*: Essa alternativa está incorreta. Embora a licitação seja uma forma comum de contratação, nem sempre é obrigatória, e o contrato de adesão não está diretamente relacionado à prestação de serviços públicos.

Portanto, a alternativa \*(C)\* é a correta, pois abrange as diferentes formas de prestação dos serviços públicos. Portanto, a alternativa \*(D)\* é a incorreta, pois abrange como se fosse a única a forma como o serviço público é prestado.

#### **Questão 34: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*B\* está correta porque, de acordo com a Lei nº 14.015/2020, a suspensão do fornecimento de energia elétrica é ilegítima quando pode afetar a saúde do usuário. Isso está alinhado com o princípio da continuidade dos serviços públicos, que visa garantir que os serviços essenciais não sejam interrompidos de maneira a prejudicar a coletividade ou a saúde dos indivíduos.

As outras alternativas são incorretas pelas seguintes razões:

- \*A\*: O corte no fornecimento de serviços essenciais não é sempre legítimo. Existem circunstâncias, como mencionado na alternativa B, onde o corte é ilegítimo.

- \*C\*: A ilegitimidade do corte não se limita apenas a débitos irrisórios. A saúde do usuário e outros fatores também são considerados.- \*D\*: O corte pode ter implicações além do imóvel que originou o débito, especialmente se isso afetar a saúde ou a segurança dos usuários.

Portanto, a alternativa B é a única que reconhece uma situação específica em que o corte de energia é ilegítimo, em conformidade com a legislação vigente.

#### **Questão 35: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*B\* está correta porque as formas de remuneração dos serviços públicos são o \*preço público\* e a \*taxa\*. O preço público é cobrado pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, que podem ser prestados pelo Estado ou por quem ele delegar, e são utilizados diretamente pelo contribuinte. Já a taxa é um tributo vinculado à prestação de um serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

As outras alternativas são incorretas pelas seguintes razões:

- \*A\*: Imposto não é uma forma de remuneração de serviços públicos, pois é um tributo não vinculado a serviços específicos.

- \*C\*: A contribuição de melhoria é um tributo vinculado a obras públicas e não à prestação de serviços.

- \*D\*: Pedágio é uma forma de preço público, mas a contribuição de iluminação pública é uma espécie de contribuição, e não uma taxa.

Portanto, a alternativa \*B\* é a única que apresenta corretamente duas formas de remuneração dos serviços públicos.

#### **Questão 36: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*C\* está correta porque, conforme a Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal, o uso de algemas é lícito somente em casos de resistência, fundado receio de fuga, ou perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. A excepcionalidade do uso de algemas deve ser justificada por escrito, sob pena de

responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e pode levar à nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere.

As outras alternativas são incorretas pelas seguintes razões:

- \*A\*: O uso de algemas não pode ser feito sem restrições e a critério do agente responsável. Deve haver justificativa para o uso, conforme estabelecido pela súmula vinculante.
- \*B\*: A suspeita de crime por si só não justifica o uso de algemas. É necessário que haja resistência, risco de fuga ou perigo à integridade física.
- \*D\*: O comportamento agressivo pode ser um indicativo para o uso de algemas, mas não é o único critério. A decisão deve considerar também os outros fatores mencionados na alternativa C.

Portanto, a alternativa \*C\* é a única que está em conformidade com a legislação e jurisprudência atual sobre o uso lícito de algemas no Brasil.

**Questão 37: Recurso INDEFERIDO:** A alternativa \*D\* está correta porque a jurisprudência vigente estabelece que o uso de algemas deve ser uma medida excepcional, utilizada com o objetivo de impedir a reação indevida do preso e garantir a segurança tanto do preso quanto de terceiros<sup>1</sup>. A Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal (STF) determina que o uso de algemas é lícito apenas em casos de resistência, fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia.

As outras alternativas são incorretas pelas seguintes razões:

- \*A\*: Preservar a autoridade policial não é uma finalidade direta do uso de algemas. O foco é a segurança e a integridade física.
- \*B\*: Facilitar o transporte de presos pode ser uma consequência do uso de algemas, mas não é a finalidade principal conforme a jurisprudência.
- \*C\*: Evitar que o preso fuja durante o processo é um dos motivos para o uso de algemas, mas a finalidade principal é mais ampla, abrangendo a segurança e a integridade física.

Portanto, a alternativa \*D\* é a única que captura a essência da jurisprudência sobre a finalidade do uso de algemas no Brasil.

**Questão 38: Recurso INDEFERIDO:**

A alternativa \*C\* está correta porque a Súmula Vinculante 11 do Supremo Tribunal Federal determina que o uso de algemas deve ser restrito, sendo lícito apenas em situações de resistência, fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia<sup>1</sup>. Além disso, a súmula exige que a excepcionalidade do uso de algemas seja justificada por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e pode levar à nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere.

As outras alternativas são incorretas pelas seguintes razões:

- \*A\*: A súmula não abole o uso de algemas em qualquer circunstância, mas estabelece condições específicas para seu uso.
- \*B\*: Não há um uso livre de algemas durante processos judiciais; pelo contrário, o uso é restrito e deve ser justificado.
- \*D\*: Não existe uma obrigação de algemar todos os réus durante julgamentos; o uso de algemas é uma medida excepcional.

Portanto, a alternativa \*C\* é a única que está em conformidade com o texto e o espírito da Súmula Vinculante 11.

**Questão 39: Recurso INDEFERIDO:** A alternativa (D) está correta porque, conforme a jurisprudência e a Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal (STF), o uso de algemas deve ser uma medida excepcional, utilizada apenas em casos de resistência, fundado receio de

fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia. Portanto, em atos não processuais praticados por autoridade policial, como uma condução para depoimento, o uso de algemas sem que haja uma justificativa concreta e documentada é considerado injustificado.

As alternativas (A), (B) e (C) estão incorretas porque:

- (A) A resistência à prisão por si só não justifica automaticamente o uso de algemas. É necessário avaliar se há risco de fuga ou perigo à integridade física.
- (B) O número de réus presentes não é um critério para o uso de algemas. A decisão deve ser baseada em riscos concretos e não na quantidade de indivíduos.
- (C) Durante a fase de instrução do processo, o uso de algemas não é justificado a menos que haja circunstâncias específicas que demonstrem a necessidade de sua utilização para garantir a segurança.

Em resumo, o uso de algemas deve ser justificado por uma necessidade real e iminente, e não pode ser uma prática padrão ou baseada apenas no contexto processual ou no número de envolvidos.

**Questão 40: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa (A) está correta porque, segundo a jurisprudência e a Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal (STF), a nulidade do uso de algemas em um processo é declarada quando há demonstração de prejuízo concreto à defesa. Isso significa que não basta o uso de algemas ser inadequado ou injustificado; é necessário que a defesa demonstre que esse uso teve um impacto negativo efetivo sobre o réu ou sobre o desenvolvimento do processo.

As outras alternativas são incorretas porque:

- (B) A simples solicitação da defesa não é suficiente para declarar a nulidade. É preciso que haja demonstração de prejuízo.
- (C) A presença de algemas durante o julgamento, por si só, não resulta em nulidade. Deve-se provar que tal presença causou prejuízo à defesa.
- (D) Não é qualquer uso de algemas que gera nulidade, mas sim aquele que causa prejuízo à defesa e que não foi devidamente justificado.

Portanto, a chave para a declaração de nulidade é a comprovação de que o uso de algemas afetou a defesa de maneira concreta e prejudicial.

## **AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO**

**Questão 28: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa (B) está correta porque, de acordo com o Art. 145 do Código de Trânsito Brasileiro, para se habilitar nas categorias D e E, o candidato deve ser maior de 21 anos, estar habilitado no mínimo há dois anos na categoria B, e não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 meses<sup>6</sup>.

As outras alternativas são incorretas pelos seguintes motivos:

- (A) A idade mínima é de 21 anos, e não 18, e o curso de primeiros socorros não é mencionado como requisito no Art. 145.
- (C) Não é necessário ter 25 anos nem estar habilitado há três anos na categoria C, além de que o curso de direção defensiva não é um requisito especificado.
- (D) A habilitação mínima na categoria C deve ser de um ano, mas a idade correta é 21 anos e não é mencionada a questão de não ter cometido mais de uma infração grave.

Portanto, a alternativa (B) é a única que está alinhada com os requisitos legais para habilitação nas categorias D e E do Código de Trânsito Brasileiro.

**Questão 30: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa (B) está correta porque, de acordo com o Art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro, a fiscalização das entidades e profissionais responsáveis pelos exames de aptidão física e mental e pela avaliação psicológica é uma atribuição dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, com a colaboração dos conselhos profissionais de medicina e psicologia<sup>1</sup>.

As outras alternativas são incorretas pelo seguinte:

- (A) O Ministério da Saúde não é mencionado no artigo como responsável pela fiscalização dessas atividades.
- (C) O DENATRAN, apesar de ser um órgão executivo de trânsito, não é especificado individualmente como responsável pela fiscalização, que é atribuída de forma mais ampla aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) A Polícia Rodoviária Federal não tem como função a fiscalização dos exames de aptidão física e mental e da avaliação psicológica, conforme o Art. 147.

Portanto, a alternativa (B) é a correta, pois o CONTRAN, em conjunto com os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e os conselhos profissionais, é quem tem a responsabilidade de fiscalizar as entidades e profissionais que realizam os exames mencionados. Questão 31: INDEFERIDO: A alternativa (B) está correta porque, de acordo com o Art. 150 do Código de Trânsito Brasileiro, ao renovar os exames previstos no código, o condutor que não tenha curso de direção defensiva e primeiros socorros deverá ser submetido a eles, conforme normatização do CONTRAN.

As outras alternativas são incorretas pelos seguintes motivos:

- (A) O condutor não é dispensado dos cursos de direção defensiva e primeiros socorros ao renovar os exames; pelo contrário, ele deve ser submetido a eles se ainda não os tiver feito.
- (C) A obrigatoriedade não se limita apenas ao curso de primeiros socorros; inclui também o curso de direção defensiva.
- (D) Similarmente, o condutor não é obrigado a fazer apenas o curso de direção defensiva; ele deve fazer ambos os cursos se ainda não os tiver completado.

Portanto, a alternativa (B) é a única que está de acordo com a legislação vigente sobre a renovação dos exames para condutores.

**Questão 32: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*C\* está correta porque, de acordo com o Art. 152 do Código de Trânsito Brasileiro, na comissão de exame de direção veicular, pelo menos um membro deve ser habilitado na categoria igual ou superior à pretendida pelo candidato. Isso garante que haja um avaliador qualificado para julgar a capacidade do candidato na categoria específica de veículo que ele deseja se habilitar.

As outras alternativas são incorretas pelas seguintes razões:

- \*A\*: A comissão é composta por três membros, não cinco, conforme designado pelo dirigente do órgão executivo local de trânsito.
- \*B\*: Não é necessário que todos os membros sejam habilitados na categoria pretendida pelo candidato, apenas um membro com habilitação igual ou superior é requerido.
- \*D\*: Não há uma exigência de que a comissão seja composta exclusivamente por instrutores de autoescola. O texto legal não especifica essa restrição.

**Questão 34: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*B\* está correta porque, segundo o Art. 154 do Código de Trânsito Brasileiro, os veículos destinados à formação de condutores devem ser identificados por uma \*faixa amarela

de vinte centímetros de largura, pintada ao longo da carroçaria, à meia altura, com a inscrição **"AUTO-ESCOLA"** na cor preta\*\*1.

As outras alternativas são incorretas pelo seguinte:

- \*A\*: A faixa deve ser amarela, e não preta.
- \*C\*: A faixa deve ser amarela, e não vermelha.
- \*D\*: A faixa deve ser amarela com a inscrição "AUTO-ESCOLA" na cor preta, e não uma faixa azul com a inscrição "VEÍCULO DE APRENDIZAGEM" em letras verdes. Além disso, a inscrição deve ser na cor preta, não em verde.

**Questão 35: Recurso INDEFERIDO:**

A alternativa \*B\* está correta porque, conforme o Art. 156 do Código de Trânsito Brasileiro, é atribuição do \*CONTRAN\* regulamentar o credenciamento para prestação de serviço pelas autoescolas e outras entidades destinadas à formação de condutores.

As outras alternativas são incorretas pelos seguintes motivos:

- \*A\*: As prefeituras municipais não têm essa atribuição segundo o CTB.
- \*C\*: O \*\*DENATRAN\* é o órgão executivo, mas a regulamentação do credenciamento é uma competência do CONTRAN.
- \*D\*: O Ministério dos Transportes não é mencionado no CTB como responsável por essa regulamentação.

**Questão 36: Recurso INDEFERIDO:** A alternativa \*A\* está correta porque a finalidade do Sistema RENAINF é criar uma base nacional de infrações de trânsito e proporcionar condições operacionais para o registro, processamento e controle das mesmas, viabilizando o processamento dos autos de infrações e o intercâmbio de informações.

As outras alternativas são incorretas pelos seguintes motivos:

- \*B\*: O Sistema RENAINF não se limita a registrar apenas infrações cometidas na mesma unidade da Federação do licenciamento do veículo. Ele é um sistema nacional e, portanto, abrange infrações cometidas em unidades federativas diferentes da de licenciamento do veículo.
- \*C\*: O RENAINF não tem como finalidade coletar informações sobre acidentes de trânsito para fins estatísticos. Sua função é relacionada ao registro e controle de infrações de trânsito.
- \*D\*: A finalidade do RENAINF não é viabilizar a comercialização de informações sobre infrações de trânsito. Ele é um sistema para registro e controle de infrações.

**Questão 37: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*B\* está correta porque, de acordo com o artigo 13 da Resolução CONTRAN nº 637/2016, todos os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deveriam integrar-se ao RENAINF até \*30 de abril de 2017\*.

As outras alternativas são incorretas pelos seguintes motivos:

- \*A\*: A data mencionada já havia passado quando a resolução foi publicada.
- \*C\*: A data é posterior à publicação da resolução, mas não é a data limite para a integração ao RENAINF.
- \*D\*: A data é posterior ao prazo estabelecido pela Resolução CONTRAN nº 637/2016.

## **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

**Questão 36: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*C\* está correta porque durante o processo de protocolo, documentos particulares e sigilosos devem ser tratados com confidencialidade. Eles não são abertos ou registrados de forma que o conteúdo seja exposto (o que elimina a alternativa \*A), nem são simplesmente recebidos e separados sem um procedimento de controle de confidencialidade (o que elimina a alternativa \*\*B). Também não são excluídos do processo de protocolo, pois ainda precisam ser processados de maneira adequada (o que elimina a alternativa \*\*D). Portanto, a alternativa \*\*C\* é a mais adequada, pois indica que os documentos são encaminhados para expedição interna, presumivelmente para serem tratados por pessoal autorizado a lidar com informações sensíveis.

**Questão 37: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*A\* está correta porque o termo "Registro" é utilizado quando um documento é formalmente catalogado no sistema de uma instituição, o que inclui o ato de documentar a entrega de um documento a um destinatário externo. Isso garante que haja um registro oficial da saída do documento, o que é essencial para a rastreabilidade e para fins de auditoria.

As outras alternativas são incorretas pelos seguintes motivos:

- \*B) Tramitação:\* Refere-se ao movimento do documento dentro da própria instituição, e não ao seu envio para fora.
- \*C) Expedição:\* Embora este termo também esteja relacionado ao processo de envio de documentos, ele é mais geral e não especifica o registro formal da entrega.
- \*D) Classificação:\* É o processo de organização de documentos de acordo com um sistema predefinido, não está relacionado diretamente com a entrega de documentos a destinatários externos.

## **FISCAL DE TRIBUTOS**

**Questão 29: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*A\* está correta porque os Decretos Legislativos são atos normativos de competência exclusiva do Congresso Nacional, utilizados para tratar de assuntos internos das Casas Legislativas<sup>45</sup>. Eles são empregados em diversas situações, como julgar contas do Presidente da República, resolver sobre tratados internacionais, autorizar o Presidente a se ausentar do país, entre outros<sup>4</sup>.

As outras alternativas são incorretas pelos seguintes motivos:

- \*B)\* Leis elaboradas em casos de urgência geralmente se referem a Medidas Provisórias, que têm força de lei imediatamente após sua publicação, mas não são Decretos Legislativos.
- \*C)\* Decretos Legislativos não dependem apenas do Presidente da República; eles são de competência do Congresso Nacional.
- \*D)\* Medidas que complementam o texto constitucional são conhecidas como Emendas Constitucionais, que exigem um processo de aprovação mais rigoroso e não são classificadas como Decretos Legislativos.

**Questão 37: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa correta é a \*(B)\*. As taxas são tributos vinculados à prestação de um serviço público específico ou ao exercício do poder de polícia pelo Estado. Diferentemente dos impostos, que são cobrados independentemente de atividades específicas ou serviços prestados pelo Estado, as taxas são cobradas quando há um serviço público específico prestado ao contribuinte ou quando o poder de polícia é exercido.

Vamos analisar as demais alternativas:



- \*(A)\* está incorreta porque tanto as taxas quanto os impostos são compulsórios. Nenhum tributo é voluntário, pois sua cobrança é uma imposição legal.
- \*(C)\* está incorreta porque é justamente o oposto: os impostos são cobrados independentemente de serviços específicos, enquanto as taxas são para serviços específicos ou pelo exercício do poder de polícia.
- \*(D)\* também está incorreta porque tanto impostos quanto taxas são destinados a atividades essenciais do Estado. A diferença está na vinculação das taxas a serviços específicos e no fato de que os impostos são para custear atividades gerais do Estado, sem destinação específica.

Portanto, a distinção principal entre taxas e impostos reside na especificidade do serviço ou atuação estatal que justifica a cobrança da taxa.

## MONITOR ESCOLAR

### Questão 22: Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(D)\* é considerada correta porque sugere que a formação dos monitores é inadequada devido à falta de conhecimento prévio sobre educação inclusiva ou deficiências. Isso implica que os monitores podem não estar devidamente preparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência, o que é essencial na Educação Especial.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque sugere que a formação quinzenal é suficiente, o que alguns doutrinadores podem considerar insuficiente para preparar os monitores para as complexidades do trabalho na Educação Especial.
- \*(B)\* está incorreta porque, embora mencione uma formação inicial e continuada, não especifica a qualidade ou profundidade dessa formação, o que pode ser considerado inadequado por alguns doutrinadores.
- \*(C)\* está incorreta porque limitar a formação apenas aos conhecimentos gerais sobre a Educação Especial pode não ser suficiente para preparar os monitores para as demandas práticas e específicas do trabalho com alunos com deficiência.

Portanto, a alternativa \*(D)\* destaca uma lacuna significativa na formação dos monitores, que é a falta de conhecimento prévio essencial para a prática efetiva na Educação Especial.

### Questão 37: Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(D)\* é considerada correta porque, segundo Roland Barthes, o texto de prazer é aquele que "enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura". Por outro lado, o texto de fruição é aquele que "põe em estado de perda, aquele que desconforta", fazendo o leitor questionar suas bases históricas, psicológicas, seus gostos, valores e lembranças, e entra em crise com a linguagem.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque, embora o texto de fruição possa provocar desconforto, o texto de prazer não necessariamente provoca apenas contentamento, mas também pode ser desafiador dentro de um contexto cultural conhecido.
- \*(B)\* está incorreta porque sugere que ambos os textos partem da cultura, o que é verdade para o texto de prazer, mas o texto de fruição busca desestabilizar e questionar essa mesma cultura.

- \*(C)\* está incorreta porque o texto de prazer não tem como objetivo romper com a cultura, mas sim derivar dela e proporcionar uma experiência de leitura confortável.

Portanto, a alternativa \*(D)\* captura a essência da distinção feita por Barthes entre os dois tipos de texto: o texto de prazer preenche o leitor com uma experiência culturalmente reconfortante, enquanto o texto de fruição o desestabiliza e o faz sentir-se desconfortável.

**Questão 38: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(A)\* é considerada correta porque reflete uma das principais diferenças entre a poesia tradicional e a contemporânea. A poesia tradicional é frequentemente associada a formas e estruturas mais rígidas, seguindo padrões de métrica e rima estabelecidos. Em contraste, a poesia contemporânea é marcada pela experimentação, buscando novas formas de expressão e frequentemente rompendo com as convenções tradicionais<sup>123</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(B)\* está incorreta porque sugere que não há diferença de intencionalidade entre as duas formas de poesia, o que não é verdade. A poesia contemporânea muitas vezes tem a intenção de inovar e explorar, enquanto a poesia tradicional pode ter se concentrado em manter formas e temas clássicos.

- \*(C)\* está incorreta porque afirma o oposto da realidade; a poesia tradicional é conhecida por seguir padrões estabelecidos, enquanto a contemporânea é que busca experimentar.

- \*(D)\* está incorreta porque existem diferenças claras entre as duas, principalmente no que diz respeito à abordagem de forma, estrutura e conteúdo.

Portanto, a alternativa \*(A)\* destaca a disposição da poesia contemporânea para a experimentação e inovação, em contraste com a tendência da poesia tradicional de aderir a formas e temas mais estabelecidos.

**Questão 39: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(C)\* é considerada correta porque destaca a capacidade inventiva e imaginativa, que é particularmente notável na infância. Durante os primeiros anos de vida, as crianças têm uma grande plasticidade cerebral, o que significa que o cérebro está em constante aprendizado e é altamente sensível a mudanças. Nesse período, o desenvolvimento cerebral ocorre a uma velocidade incrível, e as habilidades cognitivas, emocionais e sociais são adquiridas com maior facilidade<sup>1</sup>. A criatividade é uma dessas habilidades cognitivas que podem ser desenvolvidas desde cedo, e é fundamental para o aprendizado e a resolução de problemas<sup>23</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* A capacidade crítica é importante, mas não é a mais destacada na infância, pois se desenvolve mais plenamente em estágios posteriores do desenvolvimento cognitivo.

- \*(B)\* A capacidade de memorização é uma habilidade cognitiva desenvolvida na infância, mas não é tão característica quanto a inventividade e a imaginação.

- \*(D)\* A capacidade de análise, assim como a crítica, tende a se desenvolver mais tarde, à medida que a criança cresce e amadurece cognitivamente.

Portanto, a capacidade inventiva e imaginativa é a mais destacada na infância, pois é quando o cérebro da criança está mais aberto a novas experiências e aprendizados, permitindo-lhes explorar e criar de maneira única.

## NÍVEL SUPERIOR

### PSICÓLOGO

#### **Questão 22: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(C)\* está correta porque, segundo o Ministério da Saúde, as urgências em saúde mental no contexto da Atenção Primária em Saúde (APS) podem ser consideradas como situações de crise relacionadas ao sofrimento mental comum. Este tipo de crise é caracterizado por sintomas mais leves associados a conflitos ou quebras relacionais, como brigas familiares e conjugais, violência psicológica ou sexual, luto e perda de emprego<sup>1</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* Transtornos ansiosos podem ser considerados mais graves e persistentes, podendo requerer atendimento especializado, não se encaixando no primeiro gênero de crise descrito pelo Ministério da Saúde.
- \*(B)\* Distúrbios amnésicos também podem necessitar de atendimento especializado e não são mencionados como exemplos do primeiro tipo de crise.
- \*(D)\* Reação aguda ao estresse pode ser considerada uma urgência psiquiátrica mais grave, que também pode necessitar de atendimento especializado.

Portanto, a alternativa \*(C)\* exemplifica adequadamente as circunstâncias vinculadas ao primeiro gênero de crise, que são situações relacionadas ao sofrimento mental comum e que estão associadas a conflitos ou quebras relacionais.

#### **Questão 23: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(B)\* está correta porque o segundo tipo de crise em saúde mental, conforme definido pelo Ministério da Saúde, refere-se a quadros de crises psiquiátricas, que são caracterizados por sintomas que podem ser considerados mais graves e/ou persistentes. Essas crises têm potencial para evolução catastrófica e geralmente requerem atendimento especializado, pois abordagens anteriores foram insuficientes ou ausentes<sup>1</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque o segundo tipo de crise não se refere a situações leves, mas sim a situações que são mais graves e que exigem uma resposta rápida e especializada.
- \*(C)\* está incorreta porque momentos de conforto mental não caracterizam uma crise, que é um estado de sofrimento agudo e intenso.
- \*(D)\* está incorreta porque, embora as situações familiares possam estar envolvidas em crises de saúde mental, o segundo tipo de crise é definido pela gravidade e persistência dos sintomas, não apenas pela associação com situações familiares.

Portanto, a alternativa \*(B)\* é a correta, pois captura a essência do que caracteriza o segundo tipo de crise em saúde mental: sintomas persistentes e graves que demandam cuidados especializados.

**Questão 27: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(B) Análise e interpretação de resultados\* está correta porque um parecer psicológico é um documento fundamentado e resumido que apresenta uma avaliação especializada sobre uma questão focal do campo psicológico. A análise e interpretação dos resultados são essenciais para a elaboração de um parecer, pois é através delas que o psicólogo apresenta sua compreensão e conclusões sobre a questão-problema em análise<sup>1</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* Opiniões e recomendações do psicólogo são importantes, mas não são o elemento central de um parecer psicológico. O parecer deve ser baseado em dados e análises objetivas, não apenas na opinião do profissional.
- \*(C)\* Exposição de sintomas do paciente pode fazer parte do processo avaliativo, mas não define a concepção e desenvolvimento de um parecer psicológico. O foco está na análise dos dados coletados, não apenas na descrição dos sintomas.
- \*(D)\* Relatos subjetivos do paciente são informações valiosas no processo de avaliação, mas o parecer psicológico deve ir além dos relatos subjetivos e incluir uma análise objetiva e interpretativa.

Portanto, a alternativa \*(B)\* destaca os elementos centrais que definem a concepção e desenvolvimento de um parecer psicológico: a análise e interpretação dos resultados obtidos durante o processo avaliativo.

**Questão 28: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(D) Poder Público conforme a lei\* está correta porque, no Brasil, a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde são responsabilidades do Poder Público, conforme estabelecido pela legislação. Isso inclui o Sistema Único de Saúde (SUS), que é gerido pelas esferas federal, estadual e municipal do governo<sup>13</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* O Poder Judiciário não é responsável pela regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, mas sim pela interpretação das leis e julgamento de ações relacionadas a essas atividades quando há litígios.
- \*(B)\* O Ministério da Saúde tem um papel importante na gestão da saúde em âmbito nacional, incluindo a criação de normas e políticas públicas de saúde, mas a responsabilidade pela regulamentação, fiscalização e controle é mais ampla e envolve outros órgãos do Poder Público.
- \*(C)\* A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é responsável pela regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades relativas à saúde suplementar, ou seja, dos planos de saúde privados, e não do sistema de saúde como um todo<sup>4</sup>.

Portanto, a alternativa \*(D)\* é a mais adequada, pois reflete a responsabilidade do Poder Público, em suas diversas esferas, pela regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde no país.

**Questão 34: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(D)\* está correta porque, de acordo com os códigos de ética de diversas profissões, as penalidades para transgressões podem incluir a suspensão e a cassação do exercício profissional. Essas são medidas disciplinares graves que visam assegurar a integridade e a responsabilidade no exercício da profissão<sup>1245</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* Advertência é uma penalidade possível, mas a cassação é geralmente considerada uma medida separada e mais grave do que uma simples advertência.
- \*(B)\* Multa e suspensão são penalidades aplicáveis, mas a multa é geralmente aplicada em casos de infrações menores, enquanto a suspensão é uma medida mais séria.
- \*(C)\* Censura pública e advertência são penalidades possíveis, mas não refletem a gravidade da cassação do exercício profissional.

Portanto, a alternativa \*(D)\* é a que melhor representa as penalidades possíveis para as transgressões graves dos preceitos do Código de Ética da Profissão, que podem levar à suspensão temporária ou à perda definitiva do direito de exercer a profissão.

**Questão 35: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(D) Cassação do exercício profissional\* está correta porque, em muitos códigos de ética profissional, a cassação do exercício profissional é considerada a sanção mais grave imposta diante de uma transgressão de maior gravidade. Esta penalidade implica na perda definitiva do direito de exercer a profissão, refletindo a seriedade da infração cometida e a necessidade de proteger o público e a integridade da profissão<sup>1</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* A multa é uma penalidade financeira que pode ser aplicada em casos de infrações, mas não é a sanção mais grave para transgressões de maior gravidade.
- \*(B)\* A suspensão do exercício profissional por um período determinado é uma sanção grave, mas é temporária e reversível, ao contrário da cassação.
- \*(C)\* A censura pública é uma repreensão aberta, que pode ser acompanhada de outras sanções, mas não é tão severa quanto a cassação do exercício profissional.

Portanto, a alternativa \*(D)\* é a correta, pois destaca a cassação do exercício profissional como a sanção mais rigorosa e definitiva que pode ser aplicada em resposta a uma transgressão de maior gravidade, segundo as diretrizes de um Código de Ética.

**Questão 36: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(C)\* está correta porque, de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, a suspensão do exercício profissional por até 30 dias requer a concessão expressa do Conselho Federal de Psicologia<sup>1</sup>. Isso significa que, para aplicar essa sanção, é necessária uma análise criteriosa e a autorização formal desse órgão, seguindo as normativas e diretrizes estabelecidas.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* Advertência é uma penalidade que pode ser aplicada sem a necessidade de autorização expressa do Conselho Federal de Psicologia.
- \*(B)\* Multa, assim como a advertência, pode ser aplicada sem a necessidade de autorização expressa do Conselho Federal de Psicologia.
- \*(D)\* Cassação do exercício profissional é uma penalidade grave que também requer autorização do Conselho Federal de Psicologia, mas a questão especifica a suspensão por até 30 dias como a sanção que necessita de concessão expressa.

Portanto, a alternativa \*(C)\* é a correta, pois destaca a necessidade de autorização expressa do Conselho Federal de Psicologia para a aplicação da sanção de suspensão do exercício profissional por até 30 dias.

## **GESTOR JURÍDICO**

### **Questão 21: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(B)\* está correta porque, na teoria da responsabilidade civil, o Estado pode ser responsabilizado tanto por atos de império quanto por atos de gestão. Os atos de império são aqueles relacionados ao exercício da soberania estatal e suas prerrogativas próprias do poder público, enquanto os atos de gestão são aqueles que o Estado realiza em condições semelhantes às de um particular, gerenciando seus bens e interesses<sup>6</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque o Estado pode ser responsabilizado não apenas por atos que causem danos aos cidadãos, mas também por atos que afetem outros entes ou bens públicos.
- \*(C)\* está incompleta e, portanto, não pode ser considerada correta. Além disso, atos legislativos, em regra, não são passíveis de gerar responsabilidade civil do Estado, a menos que sejam declarados inconstitucionais.

Portanto, a alternativa \*(B)\* é a que corretamente identifica os tipos de atos pelos quais o Estado pode ser responsabilizado na teoria da responsabilidade civil por atos de gestão.

### **Questão 21: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(B)\* é considerada correta porque os títulos de crédito são caracterizados por serem instrumentos que facilitam a circulação e transferência de obrigações, possuindo autonomia e força executiva. Eles são, por natureza, títulos de apresentação, pois devem ser apresentados para o exercício do direito neles contido, e títulos de resgate, pois representam um direito creditório que pode ser exigido<sup>12</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque, embora um título de crédito seja um bem móvel, ele não representa apenas uma obrigação quesível, mas um direito creditório que pode ser exigido de forma autônoma.
- \*(C)\* está incorreta porque, apesar de ser um documento formal, a natureza pro solvendo (para resolver) não é um traço distintivo dos títulos de crédito, que são, em essência, pro soluto (para solucionar), representando uma obrigação definitiva e não condicional.
- \*(D)\* está incorreta porque, apesar de um título de crédito ser um bem móvel e representar um direito líquido e certo, a expressão "exigível" é redundante, pois a liquidez e certeza já implicam a exigibilidade.

Portanto, a alternativa \*(B)\* destaca os atributos de apresentação e resgate como traços distintivos do título de crédito, refletindo sua função de representar direitos creditórios e facilitar transações comerciais e financeiras com segurança e confiabilidade.

## ENGENHEIRO AGRÔNOMO

### Questão 26: Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(B)\* está correta porque uma das questões tipicamente vinculadas ao sistema de rotação de culturas envolvendo soja e milho é a necessidade de colher a soja e plantar o milho em condições inadequadas de umidade do solo. Isso ocorre porque a janela de tempo entre a colheita da soja e o plantio do milho safrinha é muitas vezes curta, e os produtores precisam plantar o milho rapidamente para aproveitar as condições climáticas favoráveis, o que pode levar ao plantio em condições subótimas de umidade<sup>3</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque a falta de chuvas é um risco climático geral que pode afetar qualquer cultura, não sendo específico ao sistema de rotação de culturas.
- \*(C)\* está incorreta porque, embora o excesso de umidade do solo possa ser um problema, não é tipicamente associado ao sistema de rotação de culturas em si, mas a condições climáticas adversas.
- \*(D)\* está incorreta porque a dificuldade de obtenção de sementes de qualidade é um desafio logístico e de mercado que pode afetar qualquer tipo de cultivo, não sendo exclusivo da rotação de culturas.

Portanto, a alternativa \*(B)\* destaca um desafio diretamente relacionado à prática da rotação de culturas, que é a necessidade de gerenciar o tempo e as condições de umidade do solo para o plantio sucessivo de soja e milho.

### Questão 39: Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(D)\* está correta porque, segundo Souza (2002), o resultado mais importante da implementação da apicultura no Brasil é a conservação do ecossistema. As abelhas

desempenham um papel fundamental na polinização, contribuindo para o equilíbrio harmônico entre flora e fauna e ajudando na restauração de áreas degradadas.

Vamos analisar as outras alternativas:- \*(A)\* está incorreta porque, embora as abelhas contribuam para a polinização intensiva de plantas nativas, isso é parte de seu papel no ecossistema, mas não é o aspecto mais destacado por Souza (2002) em relação à conservação do ecossistema.

- \*(B)\* está incorreta porque, apesar de as abelhas ajudarem a proteger os polinizadores nativos, o texto de Souza (2002) enfatiza a conservação do ecossistema como um todo, não apenas a proteção de polinizadores específicos.

- \*(C)\* está incorreta porque, mesmo que as abelhas aumentem a produção de frutos e sementes, o foco de Souza (2002) está na conservação do ecossistema e não especificamente na produção agrícola.

Portanto, a alternativa \*(D)\* é a que melhor reflete o papel das abelhas na conservação do ecossistema, conforme descrito por Souza (2002), destacando a importância da apicultura na prevenção da degradação ambiental causada por atividades humanas.

## FISCAL AMBIENTAL

### **Questão 21:** Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(B)\* está correta porque o Direito, através de suas normativas, pode propor incentivos fiscais para empresas que adotem boas práticas ambientais. Esses incentivos são uma forma de estimular a adoção de comportamentos sustentáveis e de reconhecer as empresas que contribuem positivamente para a proteção ambiental<sup>1</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque, embora o Direito possa estabelecer mecanismos de fiscalização, a fiscalização em si é geralmente realizada por órgãos ambientais específicos, e não pelo Direito enquanto disciplina.

- \*(C)\* está incorreta porque, apesar de o Direito criar leis de proteção ambiental, a alternativa não menciona os incentivos fiscais, que são um instrumento específico de fomento às boas práticas ambientais.

- \*(D)\* está incorreta porque o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis é tipicamente uma função de entidades de pesquisa e desenvolvimento, e não uma função direta do Direito.

Portanto, a alternativa \*(B)\* é a que melhor descreve o papel do Direito frente à proteção ambiental no contexto dos instrumentos de fiscalização ambiental, destacando a capacidade do Direito de propor incentivos fiscais como uma ferramenta para promover práticas ambientais responsáveis.

### **Questão 22:** Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(C)\* está correta porque os incentivos fiscais são uma ferramenta importante na proteção ambiental devido ao seu papel em encorajar as empresas a adotarem boas práticas ambientais. Ao oferecer benefícios tributários, o governo cria um estímulo econômico para que



as empresas invistam em tecnologias mais limpas e processos sustentáveis, contribuindo assim para a conservação do meio ambiente.

Vamos analisar as outras alternativas:- \*(A)\* está incorreta porque sugere que os incentivos fiscais permitem que as empresas reduzam custos sem considerar o impacto ambiental, o que vai contra o propósito de promover a responsabilidade ambiental.

- \*(B)\* está incorreta porque, embora o aumento da carga tributária possa desencorajar práticas prejudiciais ao meio ambiente, essa alternativa não reflete o papel positivo dos incentivos fiscais como ferramenta de encorajamento.

- \*(D)\* está incorreta porque os incentivos fiscais são usados para promover e recompensar boas práticas, não para punir. Penalidades para empresas que causam danos ambientais são aplicadas através de multas e sanções, não por meio de incentivos fiscais.

Portanto, a alternativa \*(C)\* melhor ilustra o motivo pelo qual os incentivos fiscais são considerados uma ferramenta importante na proteção ambiental, destacando o seu papel em promover práticas sustentáveis no setor empresarial.

#### **Questão 23: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(B)\* é considerada correta porque uma crítica comum na doutrina em relação aos incentivos fiscais para proteção ambiental é que eles podem representar uma forma disfarçada de gastos tributários desnecessários. Isso se deve ao fato de que, apesar de suas vantagens, esses incentivos possuem limitações jurídicas, orçamentárias, principiológicas e práticas, o que pode levar a questionamentos sobre sua eficácia e eficiência, além de serem vistos como custosos para o Estado.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque, embora exista a preocupação de que os incentivos fiscais possam não induzir mudanças reais nas práticas das empresas, a crítica principal se concentra nos gastos tributários que eles representam.

- \*(C)\* está incorreta porque, apesar de haver preocupações sobre a aplicação injusta dos incentivos fiscais, a crítica principal não se foca exclusivamente nesse aspecto.

- \*(D)\* está incorreta porque a questão da regulamentação é uma preocupação válida, mas não é a crítica principal destacada na doutrina em relação aos incentivos fiscais para proteção ambiental.

Portanto, a alternativa \*(B)\* reflete a crítica principal apresentada na doutrina, que é a percepção de que os incentivos fiscais podem ser uma forma disfarçada de gastos tributários desnecessários, que devem ser utilizados com cautela ou substituídos por outros instrumentos econômicos mais eficazes.

#### **Questão 24: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(C)\* está correta porque, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, os Municípios têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para complementar a legislação federal e estadual no que couber. Isso está estabelecido no artigo 30, inciso II, da Constituição, que confere aos Municípios a capacidade de complementar a legislação com normas adicionais que atendam às suas peculiaridades locais<sup>2</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque os Municípios não podem legislar livremente sobre todos os aspectos relacionados ao meio ambiente; sua competência é limitada às questões de interesse local.
- \*(B)\* está incorreta porque, embora os Municípios devam respeitar as diretrizes das legislações federal e estadual, eles têm autonomia para legislar sobre questões locais.
- \*(D)\* está incorreta porque os Municípios possuem competência para legislar sobre questões ambientais de interesse local, não sendo uma competência exclusiva dos Estados e da União.

Portanto, a alternativa \*(C)\* é a que corretamente descreve a competência dos Municípios em relação à legislação ambiental, permitindo-lhes abordar as necessidades específicas de seu território, enquanto também seguem as normas gerais estabelecidas pelos níveis federal e estadual.

**Questão 40: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(B)\* está correta. De acordo com a Resolução CONAMA nº 237, a contagem do prazo para a análise das licenças ambientais é suspensa quando são necessários estudos ambientais complementares ou quando o órgão ambiental competente solicita esclarecimentos adicionais<sup>3</sup>. Isso significa que o prazo de análise não corre enquanto essas condições estiverem sendo atendidas.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque o prazo máximo para análise pode ser de 12 meses, mas isso depende da existência de EIA/RIMA ou audiência pública.
- \*(C)\* está incorreta porque os prazos estipulados não podem ser alterados unilateralmente pelo órgão ambiental competente sem a concordância do empreendedor.
- \*(D)\* está incorreta porque o prazo máximo para análise é de 6 meses, e não há menção na resolução sobre a extensão para até 24 meses em casos excepcionais.

Portanto, a alternativa \*(B)\* é a que está de acordo com as disposições da Resolução CONAMA nº 237 sobre os prazos de análise das licenças ambientais.

## PROFESSOR

**Questão 34: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(C)\* está correta porque é fundamental que um professor pedagogo compreenda as diferenças individuais dos alunos para poder identificar sinais precoces de dificuldades de aprendizagem e intervir de maneira adequada e oportuna. Isso permite que o professor ofereça suporte personalizado e promova uma educação inclusiva e eficaz, atendendo às necessidades específicas de cada aluno.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque a compreensão das diferenças individuais visa justamente evitar a exclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem, e não promovê-la.
- \*(B)\* está incorreta porque o objetivo de entender as diferenças individuais não é limitar o acesso dos alunos a atividades extracurriculares, mas sim garantir que todos possam participar de forma plena e enriquecedora.
- \*(D)\* está incorreta porque o foco do professor pedagogo não é aumentar a competição entre os alunos, mas sim criar um ambiente de aprendizagem colaborativo e de apoio mútuo.

Portanto, a alternativa \*(C)\* destaca a importância da atenção às diferenças individuais para a identificação e intervenção precoce em dificuldades de aprendizagem, o que é essencial para o sucesso educacional de todos os alunos.

## BIÓLOGO

### Questão 21: Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(B) Extinta na Natureza (EW)\* está correta porque, segundo as diretrizes da IUCN, uma espécie é classificada como Extinta na Natureza quando exaustivos levantamentos em seu habitat conhecido e/ou potencial, em períodos apropriados (dia, estação e ano), realizados em toda a sua área de distribuição histórica, falharam em registrar a espécie<sup>1</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* Criticamente em Perigo (CR) é incorreta porque esta categoria é usada para espécies que ainda existem na natureza, mas enfrentam um risco extremamente alto de extinção.
- \*(C)\* Extinta (EX) é incorreta porque esta categoria é usada quando não restam dúvidas de que o último indivíduo da espécie morreu.
- \*(D)\* Regionalmente Extinta (RE) é incorreta porque esta categoria é usada para espécies que estão extintas em uma região específica, mas não necessariamente em toda a sua área de distribuição histórica.

Portanto, a alternativa \*(B)\* é a que corretamente identifica a categoria de avaliação para uma espécie quando não há registros após levantamentos exaustivos em sua área de distribuição histórica.

### Questão 22: Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(D)\* está correta porque uma espécie é considerada "Em Perigo" (Endangered - EN) quando as melhores evidências disponíveis indicam que ela está enfrentando um risco muito alto de extinção na natureza. Isso significa que a espécie está em uma situação crítica que requer medidas urgentes de conservação para evitar sua extinção<sup>6</sup>.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque o fato de levantamentos não registrarem a espécie pode indicar que ela está "Extinta na Natureza" (EW) ou "Extinta" (EX), dependendo do contexto.
- \*(B)\* está incorreta porque a data da última reprodução não é um critério utilizado para determinar se uma espécie está "Em Perigo".
- \*(C)\* está incorreta porque um risco "extremamente alto" de extinção na natureza se refere à categoria "Criticamente em Perigo" (CR), que é mais grave do que "Em Perigo".

Portanto, a alternativa \*(D)\* é a que corretamente descreve a situação de uma espécie classificada como "Em Perigo" de acordo com os critérios da IUCN.

### Questão 29: Recurso INDEFERIDO.

A alternativa \*(B)\* está correta porque um dos maiores desafios ambientais deste século relacionado às cidades é o acúmulo de problemas ambientais que afetam diretamente a

qualidade de vida urbana. Isso inclui questões como poluição do ar e da água, gestão de resíduos, ilhas de calor urbanas, perda de áreas verdes e biodiversidade, e o impacto das mudanças climáticas nas cidades. Esses problemas exigem soluções integradas e sustentáveis para garantir a saúde e o bem-estar dos habitantes urbanos.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque o desenvolvimento excessivo das áreas rurais é uma preocupação, mas não é tipicamente considerado um desafio ambiental urbano.

- \*(C)\* está incorreta porque a implementação eficiente de políticas de gestão rural é importante, mas a questão se refere especificamente aos desafios ambientais urbanos.

- \*(D)\* está incorreta porque, embora a sustentabilidade econômica seja importante para as áreas urbanas, a alternativa não aborda diretamente os problemas ambientais que afetam a qualidade de vida urbana.

Portanto, a alternativa \*(B)\* identifica corretamente o acúmulo de problemas ambientais como um desafio chave para as cidades neste século, destacando a necessidade de abordagens que melhorem a qualidade de vida urbana em harmonia com o meio ambiente.

**Questão 34: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(A)\* está correta. Os protozoários são geralmente organismos unicelulares e podem se locomover em ambientes líquidos, utilizando estruturas como cílios ou flagelos. Por outro lado, os fungos são principalmente organismos multicelulares e não possuem mecanismos de locomoção, sendo portanto imóveis.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(B)\* está incorreta porque os protozoários são geralmente microscópicos, não macroscópicos, e os fungos podem variar em tamanho, incluindo formas tanto microscópicas quanto macroscópicas.

- \*(C)\* está incorreta porque tanto os protozoários quanto os fungos são heterótrofos, o que significa que ambos obtêm seu alimento de fontes orgânicas externas, ao invés de produzirem seu próprio alimento.

- \*(D)\* está incorreta porque tanto os protozoários quanto os fungos podem causar doenças em humanos.

Portanto, a alternativa \*(A)\* é a que corretamente descreve a diferença entre protozoários e fungos.

**Questão 36: Recurso INDEFERIDO.**

A alternativa \*(B)\* está correta porque o principal objetivo das unidades de conservação é assegurar a preservação do patrimônio biológico e geológico, proteger a diversidade genética, as espécies ameaçadas de extinção, os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, além de proteger e recuperar paisagens naturais. Essas áreas são estabelecidas pelo poder público e possuem regulamentações específicas para garantir a conservação da natureza.

Vamos analisar as outras alternativas:

- \*(A)\* está incorreta porque as unidades de conservação não têm como objetivo promover a exploração intensiva dos recursos naturais, mas sim controlar essa exploração para garantir a sustentabilidade ambiental.
- \*(C)\* está incorreta porque, embora algumas atividades econômicas possam ser permitidas dentro das unidades de conservação, elas estão sujeitas a restrições que visam minimizar o impacto ambiental.
- \*(D)\* está incorreta porque o objetivo das unidades de conservação é proteger áreas naturais, e não promover a urbanização dessas áreas.

Portanto, a alternativa \*(B)\* é a que corretamente identifica o principal objetivo das unidades de conservação, que é a preservação do meio ambiente e a proteção das paisagens naturais.

**Questão 37: Recurso INDEFERIDO.**

As \*Unidades de Conservação de Proteção Integral\* são áreas que buscam \*preservar a natureza, admitindo \*\*apenas o uso indireto dos recursos naturais\*. Vamos analisar cada alternativa:

- \*(A) São áreas destinadas exclusivamente para atividades agrícolas\*: Essa alternativa está incorreta. As Unidades de Conservação de Proteção Integral não são destinadas à agricultura, mas sim à preservação ambiental.
- \*(B) Permitem o uso direto e intensivo dos recursos naturais\*: Essa alternativa também está incorreta. As Unidades de Conservação de Proteção Integral não permitem o uso direto e intensivo dos recursos naturais. Pelo contrário, elas buscam limitar o uso humano para preservar a biodiversidade e os ecossistemas.
- \*(C) Admitem apenas o uso indireto de seus recursos naturais\*: Essa é a alternativa correta. As Unidades de Conservação de Proteção Integral são criadas com o objetivo de preservar a natureza e permitem apenas o uso indireto dos recursos, como projetos científicos e turismo ecológico.
- \*(D) São criadas com o objetivo de exploração mineral\*: Essa alternativa está incorreta. As Unidades de Conservação de Proteção Integral não são criadas para exploração mineral, mas sim para proteger ecossistemas naturais.

Portanto, a alternativa correta é a \*(C): \*\*Admitem apenas o uso indireto de seus recursos naturais\*

**PROFESSOR**

**Questão 22: Recurso INDEFERIDO.**

Vamos analisar cada alternativa:

- \*(A) Borracha\*: A esterilização por calor seco não é adequada para materiais de borracha, pois a exposição direta ao calor pode danificar ou deformar a borracha<sup>1234</sup>.
- \*(B) Tecido\*: Da mesma forma, o tecido também não é recomendado para esterilização por calor seco. O calor intenso pode afetar as fibras do tecido e comprometer sua integridade<sup>1234</sup>.
- \*(C) Aço\*: O aço, por outro lado, é um material que pode suportar temperaturas mais elevadas e não é sensível à umidade. Portanto, a esterilização por calor seco é adequada para instrumentos metálicos, como os feitos de aço<sup>1234</sup>.
- \*(D) Alumínio: A alternativa correta é a \*(D)\*\*\*. O alumínio também não é recomendado para esterilização por calor seco. O calor pode afetar suas propriedades e causar deformações. Portanto, o alumínio não deve ser submetido a esse método de esterilização<sup>1234</sup>.

Em resumo, a esterilização por calor seco é indicada principalmente para materiais que podem suportar temperaturas elevadas, mas são sensíveis à umidade, como metais e vidros. Materiais como borracha, tecido e alumínio devem ser esterilizados por outros métodos mais adequados.

**Questão 25:** Recurso **INDEFERIDO**.

Vamos analisar cada alternativa:

- \*(A) Avaliação da respiração e saturação de oxigênio\*: Essa alternativa não está diretamente relacionada ao trauma abdominal. Embora a avaliação respiratória seja importante em qualquer situação, não é a consideração mais relevante no contexto específico do trauma abdominal.
- \*(B) Avaliação neurológica inicial, incluindo nível de consciência, pupilas e resposta motora\*: A avaliação neurológica é fundamental em qualquer atendimento, mas não é a principal consideração específica para o trauma abdominal. Ela é mais relevante em casos de trauma craniano ou lesões na coluna vertebral.
- \*(C) Avaliação de possíveis lesões internas através de exames de imagem, como tomografia computadorizada (TC) ou ultrassonografia\*: Essa é a alternativa correta. No trauma abdominal, é crucial avaliar possíveis lesões internas, como rupturas de órgãos, hemorragias ou perfurações. Exames de imagem, como a tomografia computadorizada (TC) ou ultrassonografia, são ferramentas essenciais para identificar essas lesões e guiar o tratamento adequado.
- \*(D) Administração de oxigênio suplementar conforme necessário\*: Embora a administração de oxigênio seja importante em muitos cenários clínicos, não é a consideração mais relevante no contexto específico do trauma abdominal.

Portanto, a alternativa correta é a \*(C): \*\*Avaliação de possíveis lesões internas através de exames de imagem, como tomografia computadorizada (TC) ou ultrassonografia

**Questão 33:** Recurso **INDEFERIDO**.

Vamos analisar cada alternativa:

- \*(A) Deixar a área da queimadura úmida\*: Essa alternativa está incorreta. Manter a área da queimadura úmida pode favorecer o crescimento de bactérias e aumentar o risco de infecção. O correto é manter a queimadura limpa e seca.

- \*(B) Lavar as mãos antes de mexer na queimadura\*: Essa é a alternativa correta. Lavar as mãos antes de tocar na queimadura é fundamental para evitar a introdução de germes e reduzir o risco de infecção.

- \*(C) Utilizar curativos sujos na área afetada\*: Essa alternativa está incorreta. Curativos sujos podem aumentar o risco de infecção. O ideal é utilizar curativos limpos e estéreis para proteger a queimadura.

- \*(D) Ignorar sinais de infecção\*: Essa alternativa também está incorreta. Ignorar sinais de infecção pode levar a complicações graves. É importante ficar atento a qualquer sinal de vermelhidão, inchaço, pus ou febre na área da queimadura e procurar assistência médica se necessário.

Portanto, a alternativa correta é a \*(B): \*\*Lavar as mãos antes de mexer na queimadura\*.

**Questão 34: Recurso INDEFERIDO.**

Claro! Vamos analisar cada alternativa:

- \*(A) Não é relevante para o tratamento de queimaduras\*: Essa alternativa está incorreta. A avaliação do estado de hidratação é fundamental no tratamento de queimaduras.

- \*(B) Para administrar menos fluidos intravenosos possível\*: Essa alternativa não está correta. O objetivo não é administrar menos fluidos, mas sim administrar a quantidade adequada para manter a hidratação do paciente.

- \*(C) Para administrar fluidos intravenosos conforme necessário\*: Essa alternativa também está incorreta. Embora seja importante administrar fluidos conforme necessário, a avaliação do estado de hidratação vai além disso.

- \*(D) Para incentivar a desidratação do paciente: A alternativa correta é a \*(D)\*\*. A avaliação do estado de hidratação visa prevenir a desidratação, especialmente em pacientes com queimaduras extensas. Manter uma hidratação adequada é essencial para a recuperação e prevenção de complicações.

Portanto, a alternativa correta é a \*(D): \*\*Para incentivar a desidratação do paciente.